

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE - UniRV  
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO ASSIS**

**PASSIVOS CONTINGENTES – ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DAS  
EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE PRODUTOS DE USO  
PESSOAL LISTADAS NA BM&FBOVESPA DE ACORDO COM  
O CPC 25**

**RIO VERDE, GO**

**2016**

**CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO ASSIS**

**PASSIVOS CONTINGENTES – ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DAS  
EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE PRODUTOS DE USO  
PESSOAL LISTADAS NA BM&FBOVESPA DE ACORDO COM  
O CPC 25**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Bruno Sabino de Sousa

**RIO VERDE, GO**

**2016**

Assis, Carolina de Oliveira Castro.

Passivos contingentes – índice de divulgação das empresas brasileiras do setor de produtos de uso pessoal listadas na Bm&FBovespa de acordo com o CPC 25/ Carolina de Oliveira Castro Assis. – Rio Verde.- 2016.

40f.: il

Trabalho de Conclusão de Curso II (Bacharel em Ciências Contábeis) – UniRV – Universidade de Rio Verde, 2016.

Orientador: Prof. Esp. Bruno Sabino de Sousa

1. Divulgação. 2. Passivos contingentes. 3. Critérios. 4. CPC 25.

I. Título.

**CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO ASSIS**

**PASSIVOS CONTINGENTES – ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS  
BRASILEIRAS DO SETOR DE PRODUTOS DE USO PESSOAL LISTADAS NA  
BM&FBOVESPA DE ACORDO COM O CPC 25**

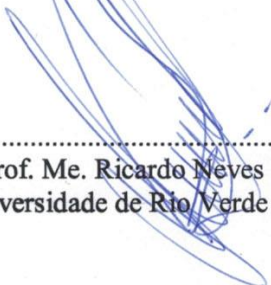
Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, GO, 15 de junho de 2016.

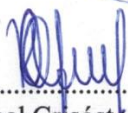
**BANCA EXAMINADORA**



.....  
Prof. Esp. Bruno Sabino de Sousa  
Universidade de Rio Verde (UniRV)



.....  
Prof. Me. Ricardo Neves Borges  
Universidade de Rio Verde (UniRV)



.....  
Prof. Esp. Rafael Crisóstomo Alves  
Universidade de Rio Verde (UniRV)

Dedico este trabalho em especial a Deus, pois sem Ele não teria forças para esta jornada. Aos meus pais Tereza de Oliveira Castro e Francisco de Assis Afonso que me ensinaram a ser honesta e não desistir de meus sonhos. Ao meu namorado Felipe Vieira Barbosa pela paciência e companheirismo.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida, pela saúde, pela força e pela sabedoria para superar dificuldades e obstáculos.

Agradeço a meus pais Tereza e Francisco por estarem ao meu lado compreendendo e dando apoio as minhas necessidades para que a conclusão deste trabalho fosse possível. Que mesmo distantes estavam e estão sempre comigo, fazendo de mim uma pessoa melhor, me ensinando a acreditar que sou capaz, que consigo superar obstáculos e barreiras, a eles dedico também quem eu sou, sou grata por toda proteção que me ofereceram durante minha vida, sei que são capazes de tudo por mim, fazem o possível e o impossível para me verem feliz, e é impossível não amar tanto estas pessoas tão importantes em minha vida.

Ao meu namorado Felipe pelo incentivo, compreensão e por ter sido tolerante nos momentos mais difíceis, por ter sido companheiro, dedicado e atencioso em meus momentos de desânimo e inquietude. Por ter aguentado meus desesperos, meus ataques de fúria e por me fazer sorrir sempre que precisei.

A minha amiga de faculdade Nayara Stéfany, por ter caminhado comigo nesta jornada com muita alegria, humildade e simplicidade, me fazendo rir e ter persistência sempre que desanimei, me ajudando nas matérias que tive dificuldade, por ter me animado sempre que identificou algum traço triste ou de angústia em mim. Sucesso a você que Deus a abençoe.

A esta universidade, seu corpo docente e direção por fazerem parte deste processo de crescimento, conhecimento e aprendizado, que levarei comigo por toda minha vida. Em especial, ao meu orientador prof.º Esp. Bruno Sabino de Sousa, pela confiança, ajuda, dedicação, apoio, pela disponibilidade, sobretudo por ter acreditado em mim, e por guiar-me no decorrer deste trabalho.

## RESUMO

A presente pesquisa apresenta como objetivo verificar se as empresas brasileiras do segmento de produtos de uso pessoal estão divulgando os passivos contingentes, conforme critérios do CPC 25. A escolha desse tema se deu devido à crescente preocupação da sociedade e investidores em verificar os riscos e as incertezas quanto à mensuração, evidenciação e divulgação das provisões. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva realizada através do método dedutivo, pois trata de teorias já existentes, e o método de coleta de dados é indireto visto que buscou informações em relatórios já publicados. Para chegar aos resultados, foram analisadas Demonstrações Financeiras Padronizadas, assim como as Notas Explicativas, das empresas brasileiras do setor de produtos de uso pessoal referente os anos de 2011 a 2015, onde foi utilizado o sistema binário para análise do conteúdo e, posteriormente, os quartis para classificação dos percentuais de divulgação. Através desta análise, foi possível chegar à média percentual dos requisitos divulgados pelas empresas pesquisadas em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 que foram 78,57%, 78,57%, 85,71%, 85,71% e 85,71% respectivamente, ocorrendo um aumento positivo de divulgação do ano de 2011 até 2015, de 78,57% para 85,71%, valor este, que representa a média de ambas as empresas.

Palavras-chave: Divulgação. Passivos contingentes. Critérios. CPC 25.

## **ABSTRACT**

This research was aimed at verifying if Brazilian companies in the personal products segment have been releasing the contingent liabilities, in accordance with the criteria of CPC 25. The choice of this theme was due to the growing concern of society and investors in checking the risks and uncertainties regarding measurement, disclosure and release of provisions. This was an exploratory research, made by the deductive method, for it is about existing theories, and the data collection method is indirect as it sought information on already published reports. In order to achieve the results, Standard Financial Demonstrations were analyzed, as well as the Explanatory Notes, of Brazilian companies in the personal products industry concerning from 2011-2015, when the binary system was used in order to analyze the content and then the quartiles for classification the percentage of release. Through this analysis, it was possible to reach the average percentage of the requirements released by the companies surveyed in 2011, 2012, 2013, 2014 and 2015, which were 78.57%, 78.57%, 85.71%, 85.71% and 85.71% respectively, occurring a positive increase in the release from 2011 to 2015, from 78.57% to 85.71%, a value which represents the average of both companies.

Keywords: Release. Contingent liabilities. Criteria. CPC 25.



## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - Total de quesitos divulgados .....	26
TABELA 2 - Médias de divulgação .....	27
TABELA 3 - Classificação de divulgação das Empresas.....	28

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
CPC	Comitê dos Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão De Valores Mobiliários
DFPs	Demonstrações Financeiras Padronizadas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	11
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA .....	12
1.3 OBJETIVOS .....	12
1.3.1 Objetivo geral .....	12
1.3.2 Objetivos específicos .....	12
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA .....	13
1.5 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA .....	13
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
2.1 CONTINGÊNCIAS .....	15
2.2 PASSIVO .....	16
2.3 CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES .....	17
2.4 PASSIVOS CONTINGENTES .....	18
2.4.1 Reconhecimento .....	19
2.4.2 Mensuração .....	20
2.4.3 Evidenciação .....	21
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	22
3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS .....	22
3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS .....	22
3.3 QUANTO AO MÉTODO DE ABORDAGEM .....	22
3.4 QUANTO ÀS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS .....	23
3.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	23
3.6 QUANTO À COLETA DOS DADOS .....	23
3.7 ANÁLISE DE DADOS .....	25
<b>4 RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DE DADOS</b> .....	26
4.1 INTERPRETAÇÃO DE DADOS .....	26
<b>5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA</b> .....	29

<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	30
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31
<b>APÊNDICES</b> .....	35

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a chegada do sistema aberto organizacional houve a necessidade de analisar os sistemas sociais e as organizações visto que indivíduos, grupos e organizações têm necessidades que precisam ser atendidas, administradores devem levar em consideração fatores ambientais e ou eventos futuros incertos em seu planejamento gerencial e financeiro (MORGAN, 2007).

Armando (2014) diz que através dos estudos feitos a partir da década de 1950, a Teoria Contingencial ganhou ainda mais atenção para estudos e aplicação da mesma, nas empresas. Então, dada a necessidade de analisar melhor os diversos aspectos de uma organização, buscou-se a adequação ajustando as estruturas organizacionais com suas contingências.

Assim, surgiram várias definições para esta teoria, como a definição de Molinari e Guerrero (2004), que esclarece que a teoria das contingências é um estudo que surgiu na década de 50, utilizando esta teoria na gestão empresarial, para identificar a formação da estrutura organizacional e analisar como circunstâncias específicas moldam o sistema de contabilidade gerencial.

Então, desde a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, a contingência contábil ganhou um enfoque de estudo e análise em grande escala por se tratar de uma ocorrência que depende de uma contingência futura, ou seja, trata-se de uma possibilidade, pois são eventos que estão por vir e pode ou não ocorrer. Sendo diferente de uma provisão por exemplo, na qual existe a evidenciação de evento que já é uma obrigação presente, provável e com valor monetário estabelecido e concreto (PORTELLA et al., 2015).

Ainda de acordo com Portella et al. (2015), o Passivo Contingente, que se trata de uma projeção de possíveis saídas monetárias de caixa, não precisas, visto que necessitam de um evento futuro para que possa ser reconhecida, tem ganhado um destaque nas notas explicativas de empresas brasileiras, permitindo, também, ao usuário que utilize desta informação para tomada de decisão, além de enriquecer a qualidade preditiva das notas explicativas.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Conforme o CPC 25 (2009), Contingente é um termo usado para ativos e passivos que não são reconhecidos, pois sua existência não é confirmada, por serem de ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não sendo totalmente de controle da entidade. A partir do exposto, apresenta-se o problema desta pesquisa: As empresas brasileiras de capital aberto do setor de produtos de uso pessoal listadas na BM&FBOVESPA, estão divulgando os passivos contingentes conforme critérios do CPC 25?

## 1.3 OBJETIVOS

Os objetivos determinam o que se vai procurar e o que se pretende alcançar em uma pesquisa. Estes podem definir a natureza do trabalho, o tipo de problema a ser selecionado e o material a coletar, sendo intrínsecos ou extrínsecos, teóricos ou práticos, gerais ou específicos, a curto ou a longo prazo (LAKATOS; MARCONI, 2003).

### 1.3.1 Objetivo geral

Conforme Lakatos e Marconi (2003), o objetivo geral está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas. Vincula-se diretamente à própria significação da tese proposta pelo projeto.

Esta pesquisa tem como objetivo geral: Verificar se as empresas brasileiras do setor de produtos de uso pessoal listadas na BM&FBovespa estão divulgando os passivos contingentes, conforme critérios do CPC 25.

### 1.3.2 Objetivos específicos

Segundo Lakatos e Marconi (2003), os objetivos específicos apresentam caráter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, permitindo de um lado, atingir o objetivo geral e de outro, aplicá-lo a situações particulares.

Desta forma, após já ter o objetivo geral definido, estipulam-se os objetivos específicos:

- Conceituar Contingência e Passivo;
- Discorrer sobre passivos contingentes;
- Demonstrar a forma de reconhecimento dos passivos contingentes, segundo pronunciamento técnico CPC 25;
- Apresentar o índice de divulgação dos passivos contingentes conforme CPC 25.

#### 1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa delimita-se ao estudo da divulgação de passivos contingentes conforme o CPC 25 das empresas brasileiras do segmento de produtos de uso pessoal listadas na BM&FBovespa nos anos de 2011 a 2015.

#### 1.5 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

As inovações surgem a cada dia mais em todas as áreas e em tudo, no mundo empresarial não seria diferente, devido a este fato, a gestão empresarial é diferencial imprescindível, tornando, também, o controle interno um ponto de suma importância e necessidade em empresas diversas. Para tornar possível esta eficiência em gestão são necessárias ferramentas de controle em operação que serão realizadas, possibilitando, assim, a análise das previsões futuras (SANTOS; SCHMIDT; GOMES, 2006).

Com a padronização contábil em âmbito internacional, através da Lei nº 11.638/07, tornou-se um desafio para as entidades empresariais manter um eficiente e eficaz sistema de informações financeiras e gerenciais, que tem como finalidade o fornecimento de informações oportunas e corretas para auxiliar na tomada de decisão.

Diante do exposto, enfatiza-se a importância desta pesquisa, ao fato de o registro do Passivo Contingente garantir ao usuário das informações contábeis, além de resguardar a entidade, a existência de prováveis desembolsos futuros. Assegurando, também, a redução quanto a possíveis dúvidas com relação ao futuro não só para administradores, mas também para credores e investidores, assim como para usuários externos em geral. Por estes motivos, torna-se necessário conceituar e relatar estas informações junto a sociedade e, também, aos

acadêmicos na perspectiva de esclarecer prováveis dúvidas, assim como levar conhecimento e maiores orientações sobre a utilização deste procedimento em empresas brasileiras.

Portanto, a importância desta pesquisa ocorreu pela relevância do tema, além de contribuir com a ciência, no sentido de demonstrar o comprometimento das empresas, ao evidenciar suas contingências aos usuários de suas informações; contribui, também, com a academia, na perspectiva de estimular os estudantes a desenvolverem outras pesquisas pertinentes ao assunto.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CONTINGÊNCIAS

Conforme Ferreira (2010, p. 191), contingência significa a possibilidade de que algo se realize ou não. Uma eventualidade, ação ou situação imprevista e que não se consegue controlar. Natureza do que acontece de modo eventual, incidental ou desnecessário, podendo ter ocorrido de outra forma ou não se ter efetivado.

Para Madeira (2009), as contingências referem-se às circunstâncias ou condições as quais uma consequência é produzida por uma resposta, desta forma a ocorrência de uma consequência se deve ao fato da ocorrência de uma resposta.

A Teoria da Contingência tem como base a premissa da inexistência de um modelo que se adapte a todas as empresas em todas as circunstâncias, por motivo de mudanças ocorrerem em sistemas administrativos, ou em qualquer outro, devido ao impacto causado por tipos de ocorrências diferentes (MELO, 2008).

Ainda de acordo com Melo (2008), o ambiente envolve a organização, ou seja, é a situação dentro da qual uma organização está inserida. Sendo a organização um sistema aberto, é natural que ela mantenha transações com seu ambiente, fazendo com que tudo o que ocorra no ambiente venha a influenciar, positiva ou negativamente no que se passa na organização.

Para Fagnoli et al. (2012), a palavra contingência tem como significado algo incerto ou eventual que pode ou não ocorrer, podendo não atingir seu objetivo de forma eficaz, caso seja seguido um único modelo ou diretriz, ou ainda uma forma pré-estabelecida para todas as circunstâncias prováveis de ocorrer, o que pode mudar, havendo diversas variáveis internas e externas.

Ainda conforme Fagnoli et al. (2012), esta teoria focaliza as empresas de dentro para fora colocando o ambiente como principal fator na estrutura e no comportamento organizacional, pois tudo é composto de variáveis. Sendo o ambiente tudo o que envolve o externo de uma empresa, já que é vasto, é nele que as organizações extraem suas entradas e depositam suas saídas.

Conforme Armando (2014), na Teoria da Contingência, a otimização da estrutura de uma organização pode variar de acordo com diversos fatores, como a estratégia da

organização, o seu tamanho, as incertezas relacionadas com tarefas e tecnologias, além do ambiente em que a mesma está inserida. Conclui ainda que para uma organização ser efetiva precisa adequar sua estrutura a fatores contingenciais.

Armando (2014) afirma ainda que as empresas que buscam se adequar ajustam suas estruturas e suas contingências, buscando melhor adaptar-se ao seu ambiente. Tornando, desta forma, a ideia central a adequação entre a estrutura organizacional e a contingência, o que, por fim, afeta o desempenho da empresa de forma positiva ou negativa.

## 2.2 PASSIVO

O Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009, p. 3-4) define passivo como “uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”.

Pode-se atribuir ao passivo um sentido de origem de recursos, ou seja, é em sentido amplo todas as fontes de capital da entidade. Sendo que, todas as contas credoras, constantes do lado direito do Balanço Patrimonial, são tratadas como passivo, existindo neste caso a equação: ativo = passivo (FARIAS, 2004).

Ainda de acordo com Farias (2004), existe uma outra forma de se interpretar um passivo, que seria em um sentido mais restrito, incluindo apenas direitos de credores, deixando de fora os direitos dos proprietários de ações ou cotas, que no caso é o Patrimônio Líquido, assim a equação ficaria: ativo = passivo + patrimônio líquido.

O Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (2011) estabelece que uma obrigação é essencial para a existência de um passivo, e define obrigação como sendo um dever de desempenhar uma função, podendo ser exigível por meios de contratos ou exigências estatutárias. Podendo, também, uma obrigação ser oriunda de negócios, de usos e de costumes de manter bons vínculos comerciais.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, um passivo representa as obrigações da companhia, incluindo financiamentos para aquisição de ativos não circulante, que são classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior.

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) (2011), os critérios para classificação de um passivo como circulante são basicamente a liquidação do mesmo durante

o ciclo operacional normal da entidade, se está mantido para ser negociado e exige-se que seja liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.

## 2.3 CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Para Santos (2004), provisões podem ser conceituadas como passivos reconhecidos no patrimônio que representam obrigações decorrentes de eventos passados, com valor mensurável e com estimativa de saída de recursos monetários.

O Comitê de Pronunciamento Contábil, por meio do CPC nº 25, abrange as provisões, ativos contingentes e passivos contingentes tratando de seus aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. Este pronunciamento foi aprovado pela CVM com a Deliberação nº 594/09, revogando a Deliberação n.º 489/05. Passando a fazer efeito nas demonstrações contábeis encerradas a partir de dezembro de 2010 e, também, nas de 2009 para fins de comparação (OLIVEIRA; BENETTI; VARELA, 2011).

O objetivo dos procedimentos exigidos pelo pronunciamento técnico CPC 25 é estabelecer critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e estabelece a divulgação de informações nas notas explicativas para que usuários compreendam a natureza das informações contábeis, assim como sua oportunidade e seu valor.

Os critérios exigidos pelo pronunciamento CPC 25 devem ser aplicados por todas as entidades ao contabilizar provisões, ativos e passivos contingentes, exceto: para contratos a executar, a menos que seja oneroso; e caso seja coberto por outro pronunciamento técnico. Também, aplica-se para instrumentos financeiros que estejam ao alcance do pronunciamento técnico CPC 38.

Para o Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009), todas as provisões são contingentes por serem incertas quanto ao seu prazo e valor. Porém, este pronunciamento distingue provisão de passivo contingente da seguinte forma: provisões são aquelas reconhecidas como passivo por serem obrigações presentes e prováveis de haver saída de recursos; e passivos contingentes como sendo aqueles que não são reconhecidos como passivos por serem obrigações possíveis e não presentes que podem ou não gerar uma saída de caixa, ou ainda

como obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento de pronunciamento.

Este pronunciamento ressalta ainda que riscos e incertezas são altamente relevantes para se alcançar melhor estimativa de uma provisão, pois riscos descrevem a variabilidade de soluções e é necessário ser cauteloso ao realizar julgamento em condições incertas, pois incertezas podem levar a criação de provisões superavaliadas ou excessivas.

O Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) evidencia, ainda, que eventos futuros são capazes de influenciar e ou alterar o valor de uma liquidação de obrigação, desta forma, este quesito deve ser observado no valor de provisões desde que existam evidências suficientes que tais eventos podem ocorrer.

Conforme o CPC 25 (2009), uma entidade deve utilizar uma provisão somente para desembolsos para os quais a provisão foi originalmente reconhecida. E as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustada para representar a melhor estimativa corrente, aproximando-se mais da realidade, devendo, também, ser revertida se existir probabilidade de não haver mais desembolso para liquidar esta obrigação.

## 2.4 PASSIVOS CONTINGENTES

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009), passivo contingente são obrigações possíveis resultantes de eventos passados e que sua existência será confirmada após a ocorrência ou não de eventos futuros incertos e fora de controle da entidade. É uma obrigação presente resultante de eventos passados que não são reconhecidas por não ser provável que tenha saída de recursos e seu valor não pode ser mensurado com confiabilidade. Desta forma, passivos contingentes são usados para informações que se encaixam nos critérios de reconhecimento.

Para Silva (2012), passivo contingente pode ser conceituado como um provável sacrifício oneroso, que decorre de obrigações presentes de uma empresa no sentido de futuramente transferir ativos e sua liquidação depende de um ou mais eventos futuros. Ou seja, podendo surgir com dependência de um evento futuro.

Para Portella et al. (2015), passivos contingentes são possíveis perdas. E que o FASB usa o termo provável, razoavelmente, possível e remoto para identificar três diferentes tipos de passivos que devem ser evidenciados de formas distintas.

É determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009), que um passivo contingente não deve ser reconhecido, devendo ser divulgado, a entidade reconhece uma provisão como obrigação, como já dito anteriormente, quando for provável uma saída monetária da entidade, circunstâncias em que não exista estimativa suficientemente confiável não devem ser reconhecidas.

Um passivo contingente, pode ainda, desenvolver-se de forma inesperada, devido a este fato, deve ser avaliado periodicamente, determinando então, se uma saída de benefícios econômicos se tornou provável. Sendo provável a existência desta saída, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis no período em que ocorre a mudança (CPC 25, 2009).

#### 2.4.1 Reconhecimento

Quanto ao reconhecimento de um passivo contingente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009), o mesmo somente poderá ser reconhecido como uma provisão de obrigação quando for provável uma saída de recursos da entidade. Pois, provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente, que seja legal ou formalizadas, originada de eventos passados, desde que seja, necessária uma saída de recursos e que possa ser feita uma estimativa confiável.

De acordo com Fregonesi e Tonetto Filho (2010), uma provisão deve ser reconhecida quando uma entidade tenha uma obrigação que seja provável exigir um desembolso de recursos, permitindo ser feita uma estimativa confiável da quantia da obrigação. Caso qualquer destas condições não for alcançada, nenhuma provisão deve ser reconhecida. Para fins de determinação se um desembolso de recursos é provável, a probabilidade deste desembolso ocorrer deve ser maior do que a probabilidade de ele não ocorrer, sendo então, esta probabilidade maior que 50%.

De acordo com Silva (2012), as evidências devem ser utilizadas no momento em que existir dificuldade de avaliar a probabilidade de reconhecer ou não uma obrigação presente na data do balanço. Estas evidências, são todas as informações disponíveis aos gestores da entidade, permitindo a conclusão do reconhecimento de uma obrigação.

Conforme o CPC 25 (2009), existem casos em que não fica clara a existência de uma obrigação presente, caso este fato ocorra, visto que um evento passado origina uma obrigação

presente, e considerando todas as evidências disponíveis, provavelmente, existirá uma obrigação presente na data do balanço, devendo assim haver seu reconhecimento.

Os únicos passivos que devem ser reconhecidos no balanço patrimonial da entidade, são aqueles existentes na data do balanço. Pois as demonstrações contábeis retratam a posição financeira da entidade existente no fim de seu período de divulgação e não de sua possível posição futura (CPC 25, 2009).

#### 2.4.2 Mensuração

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009), o valor de reconhecimento de uma provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar uma obrigação. O valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar uma obrigação é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidação da obrigação.

Quanto à mensuração, Fregonesi e Tonetto Filho (2010) esclarecem que a quantia reconhecida como provisão deve representar a realidade do dispêndio exigido para liquidar a obrigação da melhor forma possível. Para que isso ocorra, é necessário fazer uso de informações ligadas a riscos e incertezas ligadas à cada provisão, além de ajustá-las ao valor presente.

Para Silva (2012), muitos itens das demonstrações contábeis não podem ser mensurados com precisão devido às incertezas. Geralmente a entidade é capaz de terminar possíveis soluções que envolvem uma obrigação, fazendo uma estimativa confiável que possa ser usada como mensuração de uma provisão.

Na tentativa de encontrar a melhor estimativa para uma provisão, ou seja, ao mensurar uma provisão, deve-se levar em consideração riscos e as incertezas que inevitavelmente possam existir. Pois, riscos podem causar variações na mensuração e as incertezas, dependendo de seu nível, podem superavaliar uma despesa, por exemplo, ou provisões desnecessárias (CPC 25, 2009).

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 23 (2009), que trata de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação do Erro, existem peculiaridades sobre estimativa contábil que devem ser atentadas no momento da mensuração de passivos contingentes. Sendo elas, primeiramente, uma estimativa deve ser feita baseada em julgamentos de acordo com as informações disponíveis e, por fim, mas não menos importante, uma estimativa razoável é essencial nas demonstrações contábeis, aumento sua confiabilidade.

Provisões podem se tornar onerosas por consequências de juros, nestes casos, o valor correto da provisão deve ser o valor presente do desembolso, desta forma, as provisões devem ser descontadas para efeito material (CPC 25, 2009).

### 2.4.3 Divulgação

Para Oliveira, Benetti e Varela (2011), a divulgação, reduz o grau de incertezas e de discordância das informações geradas pela entidade, contribuindo tanto com a melhoria da eficácia do mercado de capitais, no que tange à gestão de riscos, como também para melhor compreensão das informações contábeis pelos usuários que delas usufruem.

A divulgação das contingências de uma empresa é de suma importância para que os usuários externos possam ter acesso a estas informações e, conseqüentemente, fiquem cientes no que se refere a possíveis riscos existentes à investida, tendo então melhores expectativas de seus investimentos. Dessa forma, informações que apenas os usuários internos teriam acesso, tornam-se públicas aos seus interessados (SUAVE et al., 2013).

O Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) estabelece que para cada classe de provisão devem ser divulgados: valor contábil inicial e final; provisões adicionais do período; valores utilizados; valores não utilizados que foram revertidos; e, por fim, o aumento do valor descontado. Não sendo necessário divulgação de informações comparativas.

Conforme Silva (2012), a entidade, também, deve divulgar para cada classe de provisão as descrições da natureza das obrigações e os cronogramas de saída de benefícios, assim como, indicação das incertezas dos valores e o valor de qualquer reembolso esperado. Caso exista possibilidade, por mais remota que seja, de desembolso, a entidade deve divulgar para cada classe de passivo contingente uma descrição de sua natureza.

De acordo com Oliveira, Benetti e Varela (2011), é importante evidenciar o passivo contingente nos demonstrativos contábeis e nas notas explicativas o maior fornecimento aos diversos usuários da informação contábil de dados úteis e confiáveis, com base em sólidos para auxílio na tomada de decisão.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Refere-se à descrição dos elementos de pesquisa utilizados no projeto, do tratamento e interferência estatística e também informar sobre a coleta de dados utilizados no decorrer da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Segundo Gil (2002), a pesquisa é desenvolvida mediante conhecimentos disponíveis, utilizando métodos, técnicas e outros procedimentos científicos, os quais envolvem várias etapas, desde a formulação do problema até aos resultados alcançados.

#### **3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS**

As pesquisas podem ser classificadas com base em seus objetivos, procedimentos, problemas, método de abordagem e técnica de coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Deste modo, quanto aos objetivos desta pesquisa, ela se classificou como descritiva por partir de um levantamento bibliográfico para assim analisar e interpretar fatos que se relacionam com o assunto da pesquisa (OLIVEIRA NETTO, 2008).

#### **3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS**

Conforme Gil (2002), os procedimentos da pesquisa poderão ser classificados em pesquisa documental, bibliográfica, de estudo de caso e de campo. Sendo assim, a pesquisa classificou-se em bibliográfica em razão de seu referencial teórico e por utilizar informações extraídas de livros, trabalhos científicos e arquivos disponíveis na internet e, também, em estudo de caso, por analisar as características contidas nos relatórios de informações por segmento da empresa através de investigação.

#### **3.3 QUANTO AO MÉTODO DE ABORDAGEM**

Segundo Lakatos e Marconi (2003), o método de técnica se define como um conjunto de processos que se serve a uma ciência, e será de muita importância a utilização de normas e



preceitos para a obtenção do propósito correspondente à prática de coleta de dados onde está dividida em: documentação direta intensiva, direta extensiva e indireta. A documentação indireta estará relacionada com a pesquisa documental e bibliográfica.

Assim, a presente pesquisa utilizou-se do método dedutivo, pelo fato deste estudo buscar apenas explicações e respostas coerentes para o problema de pesquisa, através de materiais bibliográficos, sem fazer uso de experiências.

### 3.4 QUANTO ÀS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Segundo Lakatos e Marconi (2003), o método de técnica se define como um conjunto de processos que se serve a uma ciência, e será de muita importância a utilização de normas e preceitos para a obtenção do propósito correspondente à prática de coleta de dados onde está dividida em: documentação direta intensiva, direta extensiva e indireta. A documentação indireta estará relacionada com a pesquisa documental e bibliográfica.

A pesquisa foi de cunho qualitativo e quantitativo, uma vez que a pesquisa qualitativa, ainda de acordo com Moresi (2003), considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. E, a quantitativa que tudo pode ser quantificado, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer técnicas estatísticas (porcentagem, média, moda mediana, desvio padrão e outros) e o uso de recursos.

### 3.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Nesta pesquisa foram analisadas as empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, do setor não cíclico, do subsetor de produtos de uso pessoal e de limpeza, do segmento de uso pessoal, composto pelas empresas NATURA COSMÉTICOS S.A. e HUB COMÉTICOS S.A., no período de 2011 a 2015, a partir de relatórios contábeis e financeiros, divulgados pela empresa no sítio da BM&FBovespa e da própria empresa.

Conforme Oliveira (2001), por ser uma pesquisa, a qual, abrange uma ampla coleta de informações, foi refletido pelo estudo e julgamento do pesquisador, seja por relatórios listados na BM&FBovespa ou relatórios da administração. A pesquisa é identificada como não probabilística intencional, pois se limita às empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa

não podendo assim, abranger as empresas menores ou que não estejam listadas na BM&FBovespa.

### 3.6 QUANTO À COLETA DOS DADOS

A base para a realização do instrumento de coleta de dados foi o CPC 25, na seção que trata das divulgações (itens 84 e 85), onde descreve a obrigatoriedade de divulgação para provisões. Foi elaborado um questionário contendo 7 quesitos que deram condições para a coleta de dados e, posteriormente, para analisar se as entidades estudadas seguiram as exigências contidas neste pronunciamento sobre passivos contingentes nos exercícios de 2011 a 2015, observando os relatórios contábil-financeiros publicados no site BM&FBovespa, das empresas selecionadas. Os quesitos foram apresentados no Quadro 1.

**QUADRO 1** - Instrumento de coleta de dados

Nº	Quesitos	Sim	Não
1	Existe valor contábil no início e no fim do período? (item 84, “a”)		
2	Existem provisões adicionais feitas no período? (item 84, “b”)		
3	Existem valores baixados durante o período? (item 84, “c”)		
4	Existem valores não utilizados revertidos durante o período? (item 84, “d”)		
5	Existe aumento durante o período no valor descontado a valor presente ou efeito de mudança na taxa de desconto? (item 84, “e”)		
6	A empresa divulgou uma breve descrição da natureza da obrigação? (item 85, “a”)		
7	A empresa divulgou indicação das certezas sobre o valor? (item 85, “b”)		

Fonte: Conforme CPC 25 (2009).

### 3.7 ANÁLISE DE DADOS

Dentre os resultados apresentados pelo instrumento de coleta de dados foram aplicados o sistema binário e análise de conteúdo.

Utilizou-se nesta pesquisa o método de análise conhecido como sistema binário que de acordo com Almeida (2013) se define em um modelo simplificado de cálculo, onde foram utilizados dois estados como base, sendo eles, sim e não. Juntamente com a análise de conteúdo, foi utilizado o sistema binário para responder às questões ou requisitos, e conforme Almeida (2013), o sistema binário dispõe somente de dois dígitos exemplificados como “0” e “1”. O numeral 1 (sim) para cada critério divulgado e o numeral 0 (não) para cada critério não

divulgado, tornando possível simplificar o cálculo e obter um percentual de divulgação em que se aplicaram as exigências contidas no CPC 25 (2009), e o percentual dos que não divulgaram.

O método utilizado para a coleta de dados foi o de análise de conteúdo. Para Gil (2002), foi criado o método de análise de conteúdo para a interpretação de dados e escritas antigas, que se inicia de pesquisas quantitativas para retirar as informações necessárias para a interpretação dos dados, após a escolha dos documentos há o levantamento e estudo do conteúdo e por fim as interpretações dos dados para verificar se responde ao problema da pesquisa.

Após a coleta de dados e apuração dos percentuais de divulgação baseado no instrumento de coleta de dados estes percentuais foram classificados utilizando denominações, sendo elas: para os índices entre 0% e 25% foi conceituado como “ruim”, os índices entre 25% e 50% conceituado como “razoável”, os índices entre 50% e 75% recebeu o conceito de “bom”, e os índices entre 75% e 100% conceituado como “ótimo”.

## 4 RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A pesquisa utilizou para coleta de dados as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), das empresas analisadas, sendo que a maioria das informações foram encontradas no sítio da BM&FBovespa e também das próprias companhias. Os acessos foram realizados no período de Fevereiro a Maio de 2016 e teve como intuito buscar informações dos Passivos Contingentes, divulgados nos relatórios contábeis das mesmas.

### 4.1 INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A Tabela 1, abaixo, demonstra a quantidade de quesitos divulgados nos anos analisados.

Os quesitos mais divulgados pelas empresas foram os quesitos 5, 6 e 7, que avaliam se as empresas divulgam aumento durante o período no valor descontado a valor presente ou efeito de mudança na taxa de desconto, uma breve descrição da natureza da obrigação e se as empresas divulgam indicação das certezas sobre os valores.

Os itens com menor divulgação foram os quesitos: 3 e 4 que se referem à existência de valores baixados durante o período e a existência de valores não utilizados revertidos durante o período. Ficando então os quesitos 1 e 2, no intermédio dos índices, onde o quesito 1 avalia se existe valor contábil no início e no fim do período e quesito 2 se existem provisões adicionais feitas no período.

**TABELA 1** - Total de quesitos divulgados

Quesitos	Anos analisados					Total de quesitos
	2011	2012	2013	2014	2015	
1	1	2	2	2	2	<b>9</b>
2	2	1	2	2	2	<b>9</b>
3	1	1	1	1	1	<b>5</b>
4	1	1	1	1	1	<b>5</b>
5	2	2	2	2	2	<b>10</b>
6	2	2	2	2	2	<b>10</b>
7	2	2	2	2	2	<b>10</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Abaixo, segue o Tabela 2 que demonstra a média dos quesitos divulgados nos anos de 2011 até 2015, bem como o total da média que cada ano apresentou.

Analisando os dados referentes à aderência da divulgação das empresas brasileiras do segmento de produtos de uso pessoal, aos requisitos dispostos no CPC 25, verificou-se que o percentual médio de pontos de divulgação é alto, pois ultrapassa um percentual de 50%, ou seja, mais que a metade dos itens avaliados, a média percentual de pontos dos requisitos divulgados pelas empresas pesquisadas em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 foram 78,57%, 78,57%, 85,71%, 85,71% e 85,71% respectivamente, e ocorreu um aumento positivo de divulgação relacionando o ano de 2011 com o ano de 2015, de 78,57% para 85,71%, sendo que este valor representa a média percentual de pontos considerando ambas as empresas.

Para chegar a este percentual, foi considerado o total de quesitos preenchidos por empresa, dividido pelo total de quesitos estudados e multiplicado por 100, encontrando desta forma a porcentagem para cada ano de cada empresa. Exemplo, para o percentual do ano de 2011 da empresa Natura, a qual preencheu todos os quesitos estudados, o cálculo foi o seguinte:  $7 : 7 \times 100 = 100\%$ .

**TABELA 2** - Médias de divulgação

Empresas	Média anual dos pontos por empresa					Média dos 5 anos
	2011	2012	2013	2014	2015	
Hub	57,14%	57,14%	71,43%	71,43%	71,43%	65,71%
Natura	100%	100%	100%	100%	100%	100%
<b>Média anual</b>	<b>78,57%</b>	<b>78,57%</b>	<b>85,71%</b>	<b>85,71%</b>	<b>85,71%</b>	<b>82,85%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A Tabela 3 apresenta a classificação da empresa com as maiores divulgações e a empresa com as menores divulgações no que tange aos quesitos obrigatórios do CPC 25. Após a classificação das empresas, será realizada a denominação correspondente ao índice de divulgação de cada empresa. Portanto, na Tabela 4, será demonstrado a classificação das empresas e apresentado por ordem do maior para menor percentual divulgação.

Conforme dados da Tabela 3, a empresa que apresentou uma maior divulgação dos quesitos obrigatórios do CPC 25 dentre o ano de 2011 a 2015 foi a empresa Natura Cosméticos S.A. que apresentou um percentual de 100% de divulgação, e a empresa que ficou em último lugar na classificação de divulgação dentre o ano de 2011 a 2015 foi a empresa Hub Cosméticos S.A. apresentando 65,71%. Sendo assim, a empresa Natura com 100% de

divulgação se encaixa na denominação como Ótimo, e a empresa Hub com 65,71% se encaixa denominação como Bom.

**TABELA 3** – Classificação de divulgação das Empresas

<b>Empresas</b>	<b>Média anual de pontos por empresa</b>					<b>Média dos 5 anos</b>
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	
Natura	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Hub	57,14%	57,14%	71,43%	71,43%	71,43%	65,71%
<b>Média anual</b>	<b>78,57%</b>	<b>78,57%</b>	<b>85,71%</b>	<b>85,71%</b>	<b>85,71%</b>	<b>82,85%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

## **5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA**

Toda pesquisa possui restrições, dentre estas, pode-se citar a subjetividade do pesquisar, quando a coleta e análise de dados e esta subjetividade é refletida na construção dos índices ou percentuais apurados para cada empresa (MORAES, 2014).

Quanto às limitações da pesquisa, destaca-se o fato de as informações divulgadas nas demonstrações contábeis das empresas ter alguns pontos completos e outros não, por exemplo, existia provisões para riscos cíveis e provisões para riscos trabalhistas, onde uma contemplava todos os quesitos e a outra não, desta forma foi considerado Sim, para os quesitos em questão. Considerando Não apenas para os quesitos em que realmente nenhuma das provisões o atendia.

## 6 CONCLUSÃO

Dada da adequação do CPC 25 nas empresas brasileiras de produtos de uso pessoal, e da obrigatoriedade desde 2009 da aplicação do CPC 25, esta pesquisa buscou quantitativamente tratar sobre o índice de divulgação dos passivos contingentes, bem como sua aplicação nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA no subsetor de produtos de uso pessoal.

Para isso, realizou-se uma análise das notas explicativas, demonstrações contábeis padronizadas e no relatório da administração das empresas listadas na BM&FBovespa nos anos de 2011 a 2015 para verificar a adequação ao CPC 25.

O problema de pesquisa foi elaborado para saber se as empresas brasileiras do setor de produtos de uso pessoal estão se adequando aos critérios obrigatórios do CPC 25, divulgando os métodos do reconhecimento dos passivos contingentes dentro dos seus sistemas, para atender ao problema de pesquisa foram analisadas 2 empresas e aplicados 7 quesitos de divulgação.

Dentre as 2 empresas analisadas, a empresa Natura se destacou pelo maior nível de divulgação representando 100% de divulgação, sendo classificada como ótima. A empresa Hub, com 65,71% de divulgação, ficou então classificada como bom.

Assim sendo, o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa foram atendidos, visto que foram apresentados os conceitos de contingência e de passivo, comentado sobre o passivo contingente, demonstrando a forma de reconhecimento, apresentando a forma de mensuração e divulgação dos passivos contingentes conforme o CPC 25. Deste modo, o problema de pesquisa foi resolvido, pois se verificou que as empresas brasileiras de capital aberto do segmento de produtos de uso pessoal, listadas na BM&FBovespa, estão divulgando os passivos contingentes conforme critérios estabelecidos de acordo com o CPC 25.

Ao realizar a análise das empresas, foi provada a importância de se divulgar passivos contingentes, tanto para gestores como para usuários externos, pois além de auxiliar na tomada de decisão, deixa os usuários a par das circunstâncias reais da entidade, proporcionando uma visão futura de possíveis acontecimentos, assim como, proporciona esclarecimentos de fatos relevantes que acontecem na entidade.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Meire Aparecida de. *Codificando o alfabeto por meio do sistema de numeração binário*. 2013. 57f. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Programa de Mestrado Profissional em Matemática, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <[http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=6803](http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6803)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

ARANHA, José Aparecido Moura; DIAS, Alexandre Menezes. Construção e aplicação de índices-padrão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1, 2013. *Anais...* Ponta Porã, MS: ECAECO, 2013. Disponível em: <<http://anaisonline.uems.br/index.php/ecaeco/article/viewFile/2725/2798>>. Acesso em: 02 maio 2016.

ARMANDO, Anibal Cesar Resende Netto. *Estruturalismo, teoria da contingência e administração pública*. Conteúdo Jurídico, Brasília, DF, 24 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,estruturalismo-teoria-da-contingencia-e-administracao-publica,48745.html>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge C.; MARTÍNEZ, Francesc. *Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BM&FBOVESPA. *Empresas listadas*. São Paulo: BM&F BOVESPA, 2016. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, dez. 1976. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm)>. Acesso em: 08 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm)>. Acesso em: 05 mar. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Conceitual Básico (R1). CPC 00. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Brasília, DF: CPC, 2011. Disponível em: <[http://static.cpc.medialogroup.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.medialogroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 23. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade, IAS 8. Brasília, DF: CPC, 2009. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/296\\_CPC\\_23\\_rev%2003.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/296_CPC_23_rev%2003.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 25. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304\\_CPC\\_25\\_rev%2006.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2006.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1). Apresentações da Demonstrações Contábeis. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 1 (IASB - BV 2011). Brasília, DF: CPC, 2011. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2008.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2008.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2016.

FARGNOLI, Eduardo de Oliveira; ALMEIDA, Etel Maria Mendes de; PALHARES, Gustavo Diniz; SILVÉRIO, Keiliane Souza; MARQUES, Raphaela Gomes. *Teoria da contingência*. Curvelo, MG: Faculdade de Arquidiocesana de Curvelo (FAC), 2012. Disponível em: <[http://www.fac.br/home/images/posgraduacao/Teoria\\_da\\_Contigencia.pdf](http://www.fac.br/home/images/posgraduacao/Teoria_da_Contigencia.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2016.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana. *Divulgação do Passivo: Um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro*. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09012006-121101/pt-br.php>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

FERNANDES, Susana; PINTO, Mónica Martins. *Afinal o que são e como se calculam os quartis?* Universidade do Algarve, 2013. Disponível em: <[http://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2963/1/SFernandes\\_MMPinto\\_quartis\\_no\\_ensino.pdf](http://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2963/1/SFernandes_MMPinto_quartis_no_ensino.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREGONESI, Marina Simões Ferraz do Amaral; TONETTO FILHO, Vitório. Análise da variação dos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais. In: CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 7, 2010. *Anais...* São Paulo, SP: USP, 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos102010/513.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, Adenilza da Silva. *Teoria da contingência*. Portal Administradores, 2008. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/teoria-da-contigencia/26432/>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

MOLINARI, Sarah Kuwano Rodrigues; GUERREIRO, Reinaldo. Teoria da contingência e contabilidade gerencial: um estudo de caso sobre o processo de mudança na Controladoria do Banco de Brasil. In: CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 1, 2004. *Anais...* São Paulo, SP: USP, 2004. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos12004/418.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2016.

MORAES, Eliene Aparecida de. Ambiente regulatório e evidenciação social: Uma análise das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais- FACE. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2014.

MORESI, Eduardo (Org.). *Metodologia da pesquisa*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, UCB, 2003. Disponível em: <[http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/Metodologia\\_Pesquisa-Moresi2003.pdf](http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/Metodologia_Pesquisa-Moresi2003.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Araceli Farias de; BENETTI, Juliana Eliza; VARELA, Patricia Siqueira. *Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes*: Um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: CONGRESSO AnpCONT, 5, 2011. *Anais...* Vitória, ES: AnpCONT, 2011. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/v/images/250-2.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antonio de. *Metodologia da pesquisa científica*. 3. ed. Santa Catarina: Visual Books, 2008.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica*: Projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001.

PORTELLA, Anastácia Rosa; OLIVEIRA, Monique Cristiane de; ELIAS, Thayse Moraes; LORANDI, Joisse Antonio. Passivos contingentes: Um estudo nas maiores companhias abertas do estado de Santa Catarina, Brasil. RIGC, v. XIII, n. 25, 2015. Disponível em: <[http://www.observatorio-iberoamericano.org/RICG/n\\_25/anastacia\\_portella\\_monique\\_de\\_oliveira\\_thayse\\_elias\\_joisse\\_lorandi.pdf](http://www.observatorio-iberoamericano.org/RICG/n_25/anastacia_portella_monique_de_oliveira_thayse_elias_joisse_lorandi.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2016.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; GOMES, José Mario Matsumura. *Fundamentos de auditoria contábil*. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

SANTOS, Luiz Eduardo. Demonstrações contábeis decifradas. Aula 4. Contabilidade Decifrada, 2004. Disponível em: <[http://www.contabilidadedecifrada.com.br/upload/topico/pdf\\_envios/aula-004-04-02-04-a-texto.pdf](http://www.contabilidadedecifrada.com.br/upload/topico/pdf_envios/aula-004-04-02-04-a-texto.pdf)>. Acesso em 18 maio 2016.

SHIMABUKURO, Fabiana Harumi. O que é contingência? Blog Fabishimabukuro, 2011. Disponível em: <<http://wwwfabishimabukuro.blogspot.com.br/2011/03/o-que-e-contingencia.html>>. Acesso em: 22 maio 2016.

SILVA, Thássia Souza da. Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalurgia. 2012. 27 f. Trabalho de Conclusão (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61944/000867344.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 maio 2016.

SUAVE, Ricardo; CODESSO, Maurício Mello; PINTO, Hugo de Moraes; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; LUNKES, Rogério João. Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA. *Revista da UNIFEBE*, v. 1, n. 11, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/130/61>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

VILELA JUNIOR, Guanis de Barros; CARVALHO, Anderson dos Santos. *Material didático: Epistemologia - Análise de conteúdo*. Campinas, SP: Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cpaqv.org/epistemologia/Analiseconteudo.pdf>>. Acesso em: 02/05/2016.

## APÊNDICES

APÊNDICE A - Quesitos divulgados em 2011

<b>Empresas</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>Total de pontos por empresa</b>	<b>Média de pontos por empresa</b>
Natura	1	1	1	1	1	1	1	<b>7</b>	<b>100%</b>
Hub	0	1	0	0	1	1	1	<b>4</b>	<b>57,14%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>78,57%</b>

APÊNDICE B - Quesitos divulgados em 2012

<b>Empresas</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>Total de pontos por empresa</b>	<b>Média de pontos por empresa</b>
Natura	1	1	1	1	1	1	1	<b>7</b>	<b>100%</b>
Hub	1	0	0	0	1	1	1	<b>4</b>	<b>57,14%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>78,57%</b>

APÊNDICE C - Quesitos divulgados em 2013

<b>Empresas</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>Total de pontos por empresa</b>	<b>Média de pontos por empresa</b>
Natura	1	1	1	1	1	1	1	<b>7</b>	<b>100%</b>
Hub	1	1	0	0	1	1	1	<b>5</b>	<b>71,42%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>85,71%</b>



APÊNDICE D - Quesitos divulgados em 2014

<b>Empresas</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>Total de pontos por empresa</b>	<b>Média de pontos por empresa</b>
Natura	1	1	1	1	1	1	1	<b>7</b>	<b>100%</b>
Hub	1	1	0	0	1	1	1	<b>5</b>	<b>71,42%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>85,71%</b>

APÊNDICE E - Quesitos divulgados em 2015

<b>Empresas</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>Total de pontos por empresa</b>	<b>Média de pontos por empresa</b>
Natura	1	1	1	1	1	1	1	<b>7</b>	<b>100%</b>
Hub	1	1	0	0	1	1	1	<b>5</b>	<b>71,42%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>85,71%</b>